JOSÉ MURILO DE CARVALHO

OS BESTIALIZADOS

O RIO DE JANEIRO E A REPÚBLICA QUE NÃO FOI

3ª edição
15ª reimpressão

COMPANHIA DAS LETRAS

CAPÍTULO III

CIDADÃOS INATIVOS: A ABSTENÇÃO ELEITORAL

A efervescência ideológica dos anos iniciais da República, as conflitantes propostas de cidadania indicavam tanto a insatisfação com o passado como a incerteza quanto aos rumos do futuro. Parte das divergências poderia ser atribuída a conflitos reais entre os vários grupos sociais que naquele momento começavam a mobilizar-se. Mas a diversidade poderia ser também atribuída à insegurança dos formuladores das novas propostas quanto à reação do público a que se dirigiam ou, em alguns casos, quanto à própria identidade desse público. Assim, o exame das propostas de cidadania deve ter como contraponto o estudo dos candidatos a cidadãos e das práticas concretas de participação política.

Boa fonte de informação sobre as práticas da cidadania pode ser encontrada nos testemunhos de observadores contemporâneos, brasileiros e estrangeiros. Alguns desses testemunhos são reveladores. Vale expandir a citação já feita de Louis Couty, o biólogo francês que durante muitos anos residiu no Rio de Janeiro: "A situação funcional desta população [do Brasil] pode resumir-se em uma palavra: *o Brasil não tem povo*" (grifo meu). Segundo Couty, que escreveu este texto em 1881, entre os índios e escravos, de um lado, calculados por ele em uns dois

milhões e meio, e os 500 mil proprietários de escravos, do outro, vegetavam seis milhões de pessoas. Entre estas, não via aquelas "massas fortemente organizadas de produtores livres agrícolas ou industriais que, em nossos povos civilizados, constituem a base de toda a riqueza", e que também constituem as massas de eleitores "capazes de impor ao governo uma direção definida".[1] Seu pessimismo preconceituoso ia ao ponto de achar que não seria possível formar tal massa de cidadãos com elementos nativos. Seria necessário buscar cidadãos na Europa através do incentivo à imigração.

Alguns anos mais tarde, depois de assistir aos acontecimentos que cercaram a proclamação da República, o representante francês, Blondel, observou que o povo do Rio, "antes surpreso que estusiasmado, não pode compreender o que se passa". Dois dias mais tarde, o ex-embaixador Amelot, escrevendo de Paris, tentaria explicar ao ministro dos Assuntos Estrangeiros as razões da total ausência de reação popular ao *"coup de caserne"*: "No Rio não há nem povo, nem operários, nem artífices, [apenas] alguns grupos de pessoas de cor, fáceis pretorianos cujas aclamações se compram a baixo preço".[2] Outra não era a impressão de Adam, o representante inglês. Comentando boatos sobre possível movimento em favor da restauração monárquica em maio de 1891, afirmava que qualquer mudança iria depender da intervenção militar, pois "o grosso da população não se interessa por política". Os militares, continuava, poderão impor qualquer governo que o povo o aceitará "com submissão como aceitou a República em novembro de 1889".[3]

Não há dúvida de que tais observações traduziam preconceitos de europeus em relação à população do país, inclusive preconceitos raciais. Mas elas têm interesse por estarem implicitamente comparando a situação brasileira

com a da Europa. O que na realidade diziam os representantes era que qualquer semelhança entre os sistemas políticos do Brasil e da Europa era enganadora, superficial, mera coincidência. Tratava-se de realidades totalmente distintas. Afirmavam, mais especificamente, que, à diferença da Europa, no Brasil não havia participação do povo nos negócios públicos, nem mesmo do povo entendido como burguesia à maneira de Couty. No Brasil não havia povo político, não havia cidadãos, nem mesmo na capital do país. A política era, na melhor das hipóteses, assunto dos estados-maiores das classes dominantes. Na pior, produto das rivalidades de chefes militares, entrando o povo apenas fortuitamente como massa de manobra.

Estas observações não estão, no entanto, distantes da frase de Aristides Lobo, segundo a qual o povo teria assistido "bestializado" à proclamação da República, sem entender o que se passava. É quase exatamente a mesma opinião do embaixador francês, que não era simpático ao movimento. A opinião de Aristides Lobo foi repetida dois anos após a proclamação por outro intelectual profundamente engajado na propaganda e depois no esforço de consolidação do novo regime. Em crônica de 14 de setembro de 1891 no *Jornal do Commercio*, Raul Pompéia reclamou da apatia cívica do povo do Rio de Janeiro. Em todos os países, disse ele, a capital é o coração do organismo nacional, o centro de vitalidade cívica. Não era assim na capital do Brasil. Quem observa o Brasil diria que ele está morto, pois "o espírito público do Rio de Janeiro é um ausente". Foi preciso que a República introduzisse as paradas de tropas para salvar o decoro cívico nas festas nacionais. Uma semana mais tarde, Raul Pompéia continuou se queixando da indiferença fluminense pelos negócios da municipalidade, indiferença só quebrada quando se sentiam atingidos diretamente na algibeira.

E dizia com amargura: "Desenganem-se os idealistas: o povo fluminense não existe. [. . .] Dirão que o povo fluminense fez a agitação abolicionista e a agitação republicana [. . .].O povo não fez nada disso. Um grupo de homens denodados, bastante ativo é certo, para parecer a multidão, fez o movimento abolicionista e o movimento republicano do Rio de Janeiro. Em volta desses campeões devotados acercavam-se curiosos; e foi só".[4]

A apatia política do povo era particularmente dolorosa e frustrante para homens como Aristides Lobo e Raul Pompéia. O primeiro vinha dos tempos heróicos da propaganda. O segundo, abolicionista e republicano desde os bancos acadêmicos, fizera parte do grupo de intelectuais que saudara com entusiasmo o novo regime. Acreditando na superioridade da República sobre o antigo sistema por ser o regime da soberania popular, era-lhe especialmente embaraçoso admitir que o povo não parecia interessado no título de cidadão que se lhe oferecia e pelo qual passou a ser tratado. Pela mesma razão, seu testemunho é insuspeito, pois tinham todo o interesse em fazer ressaltar o apoio, se possível o entusiasmo popular, pela República.

Apesar da insuspeição é preciso examinar com cautela tais testemunhos e não tomá-los desde logo como exatas descrições da realidade. Já vimos em capítulo anterior que eram várias as concepções de cidadania vigentes à época. Cabe perguntar agora também se a percebida inexistência de povo não era conseqüência antes do tipo de povo ou de cidadão que se buscava. Tanto os observadores estrangeiros quanto os intelectuais republicanos estavam sem dúvida buscando o cidadão ao estilo europeu, fosse ele o bem-comportado burguês vitoriano, o jacobino de 1789, o eleitor bem informado ou o militante organizado das barricadas. Se inexistia este povo,

quem era povo no Rio? Ou que povo era o povo do Rio? Era ele de fato totalmente alheio à política, desinteressado de participar até mesmo dos assuntos municipais? Era de fato um bestializado?

A afirmação da inexistência de povo político, de apatia total da população era claramente exagerada. A história da cidade desde a independência indicava intensa participação popular nos acontecimentos políticos, sobretudo durante o Primeiro Reinado e a Regência. Mesmo durante o período mais tranqüilo do Segundo Reinado, houve momentos de agitação popular, como durante a crise que levou ao rompimento com a Inglaterra e em especial durante a Revolta do Vintém, em 1880. Nesta última, uma multidão de mais de cinco mil pessoas reuniu-se no centro da cidade, arrancou trilhos de bondes e pedras do calçamento das ruas, construiu barricadas, lutou contra a polícia. Três mortos e mais de vinte feridos resultaram do conflito. Mais perto da República, a campanha abolicionista também teve momentos de intenso envolvimento popular em comícios, demonstrações perante a Câmara, desfiles comemorativos.

Se na proclamação da República a participação popular foi realmente arranjada de última hora e de efeito apenas cosmético, logo após as agitações se tornaram cada vez mais freqüentes e variadas, incluindo greves operárias, passeatas, quebra-quebras. O auge da agitação deu-se entre a Revolta da Armada em 1893 e o atentado contra Prudente de Morais em 1897. Neste período cessam as observações de brasileiros e estrangeiros sobre a passividade popular. É a época do jacobinismo florianista, que trazia em constante alvoroço as representações estrangeiras, particularmente a portuguesa, e irritava profundamente, quando não atemorizava, as correntes conservadoras e mesmo liberais do republicanismo.

Nessa época, as impressões que os representantes estrangeiros transmitem a seus governos podem ser resumidas no que Raikes escreveu a Salisbury em 6 de julho de 1897. Comentando a opinião do ministro das Relações Exteriores de Prudente de Morais, Dionísio Cerqueira, que não acreditava mais em distúrbios no Rio, observa: "Na verdade, no Rio de Janeiro desordens são provocadas de modo tão inesperado e por razões tão fúteis que acho sua excelência otimista demais".[5]

Como principal vítima dos ataques jacobinos, o representante português tendia a reagir mais intensamente às agitações. Desde o final de 1892, quando surgem batalhões e clubes patrióticos, Paço d'Arcos não cessa de invectivá-los. Para ele, o Club Tiradentes, dirigido por Sampaio Ferraz, que fora o primeiro chefe de polícia da República, era composto de voluntários "da pior espécie, que, quais novos marselheses, se preparam com o seu Barbaroux para alguma repetição d'um 10 d'Agosto!". Segundo ele, Sampaio, ao despachar os capoeiras para Fernando de Noronha, teria deixado no Rio os capangas e vadios de sua confiança para formar seu batalhão de sicários.[6] Durante a Revolta da Armada, Paço d'Arcos só via nos batalhões e nos clubes republicanos a participação da canalha das ruas, não passando estas organizações de quadrilhas.[7] Era geral entre os representantes estrangeiros neste período o receio de anarquia generalizada na cidade, seguida de assaltos e saques. Foi mesmo preparado um plano para, em tal eventualidade, ser efetuada uma intervenção militar destinada a retirar da cidade os estrangeiros e recolhê-los a bordo dos navios de guerra surtos no porto.[8]

Com o governo de Campos Sales, houve um ligeiro recuo nas agitações, mas não seu total desaparecimento. Em 1900 houve nova conspiração para derrubar o go-

verno envolvendo monarquistas e lideranças republicanas insatisfeitas. O ponto culminante da expressão popular veio, no entanto, em 1904 com a revolta contra a vacina obrigatória, que será analisada no próximo capítulo. Durante uma semana partes da cidade foram tomadas por grupos populares, o tráfego parou, bondes foram queimados, postes de luz destruídos, barricadas levantadas. De novo, o representante inglês se referia aos revoltosos como "*mob*", "*lowest elements of the populace*".

De uma afirmação inicial de apatia, de inexistência de povo, passa-se então para outra, que afirma a presença de elementos da população politicamente ativos, mas que não se enquadram no conceito de povo que os observadores tinham em vista. Não eram cidadãos. Era a "*mob*" ou "*dregs*" ("escória") para o representante inglês; a "*foule*" para o francês; a "canalha", a "escuma social" para o português, quando não eram simplesmente bandos de negros e mestiços. Na melhor das hipóteses, eram jacobinos, palavra que mesmo para o representante francês tinha conotações negativas, pois lhe parecia quase um insulto o uso da expressão para identificar um tipo de gente que não achava estar à altura dos exemplos originais que haviam agitado as ruas de Paris um século antes. A essa multidão atribuíam as características que lhe daria Gustave Le Bon de ser guiada pela paixão e não pela razão, de ser explosiva, inconstante, facilmente excitável por demagogos. No caso brasileiro, era movida especialmente pelo ódio ao estrangeiro, por um nativismo exacerbado.[9]

Raul Pompéia também teve suas dificuldades para interpretar os acontecimentos. Desde a queda de Deodoro, em novembro de 1891, a agitação política aumentou, envolvendo vários segmentos da população. Em de-

zembro morria Pedro II, fato aproveitado pelos monarquistas para grandes manifestações. Correram rumores de movimento restaurador, houve motins em navios e revoltas de fortalezas. Cresceu também a oposição a Floriano Peixoto, ocorrendo até uma tentativa de golpe em abril de 1892. Com isto, não se podia mais negar a presença de povo. Mas o povo nem sempre aparecia do lado que o florianista e republicano entusiasta que era Raul Pompéia julgava correto. A saída que ele encontrou para o impasse foi negar a posição anterior que postulava a ausência de povo atribuindo-a à cegueira palerma dos que descriam do caráter nacional. O problema não era a ausência de povo: era povo demais. Mais especificamente, era haver mais de um povo: "Aqui há povo; há mais que povo: há povos". Entre os povos, havia o bom e o mau povo: o bom era o brasileiro republicano, nacionalista, florianista; o mau, o estrangeiro, particularmente o português, antinacional, monarquista ou, na melhor das hipóteses, politicamente apático: "Os povos, portanto, não comparecem às manifestações em que o povo se manifeste por Floriano; e assim a multidão que comparece proporcionalmente à que existe na cidade parece pequena".[10]

Mas mesmo a parcela de povo autêntico lhe parecia pouco confiável, e ele acabou por caracterizá-la de modo semelhante ao dos diplomatas estrangeiros. As desordens de praça pública no Rio, segundo ele, tinham a mesma inconstância do clima fluminense: "Nascem da surpresa, do disparate, ninguém sabe como nem por quê; mas também, com o mesmo estouvamento e inopinado, desaparecem e à francesa vão-se embora". Vêm e vão sem deixar traço, como se nem de verdade fossem, como se não passassem de hidras de papelão.[11] Em 1895, pouco antes de morrer, já desaparecido Floriano, voltou à po-

sição inicial, novamente descrente da possibilidade de encontrar povo no Rio de Janeiro. Passou, então, a opor a capital à nação; o Brasil estaria na província, o Rio de Janeiro seria a antinação, o centro do cosmopolitismo português, inimigo da República e do Brasil: "Todas as dificuldades da República reduzem-se a isso — o estado permanente de revolta da capital contra a nação". [12]

Definitivamente, nem para os estrangeiros (que tinham em vista os modelos de seus países), nem para os republicanos radicais (que talvez acalentassem modelos ainda mais idealizados), a população do Rio passava no teste de cidadania. E, no entanto, assim como o Império copiara o modelo europeu das monarquias parlamentares, a República se aplicara mais ainda em importar a parafernália institucional da república democrática norte-americana. Havia uma constituição que garantia os direitos civis e políticos dos cidadãos, havia eleições, havia um parlamento, havia tentativas de formar partidos políticos. A mesa estava posta, por que não apareciam os convivas? Onde estavam eles?

O POVO DOS CENSOS

Comecemos por dar uma idéia geral da composição da população fluminense no início e no fim do período que nos ocupa (tabela II). Os dados do censo de 1890 são reconhecidamente precários. Mas não há como não utilizá-los, dada a inexistência de melhores.

As classificações adotadas pelos dois censos variam. A primeira diferença é que o censo de 1906 não separa banqueiros, capitalistas e proprietários, como o faz o de 1890. A segunda é que em 1906 não há categoria especial de artistas. Finalmente, em 1906 há categorias novas, como jornaleiros, profissões desconhecidas e mal definidas, classes improdutivas e os que vivem de rendas.

Tabela II

População economicamente ativa, Rio de Janeiro, 1890, 1906

		1890	%	1906	%
Classe alta	Banqueiros	44			
	Capitalistas	517			
	Proprietários	2 267			
		2 828	1,1		
Setores intermediários	Profissionais liberais	3 395		12 050	
	Funcionários públicos	18 226		28 921	
	Profissões técnicas	2 885		—	
	Comércio	48 048		62 775	
		72 554	27,4	103 746	24,4
Operariado	Artistas	5 859		—	
	Extração	703		893	
	Manufatura	48 661		77 450	
	Transporte	10 733		22 807	
		65 956	25,0	101 150	23,8
Proletariado	Serviço doméstico	74 785		117 904	
	Jornaleiros	—		29 933	
	Outros *	48 100		72 087	
		122 885	46,5	219 924	51,8
		264 233	100,0	424 820	100,0

Fontes: CENSOS DE 1890 E DE 1906. Excluídos inativos e empregados na agropecuária (1890); os sem profissão, empregados na agropecuária, classes improdutivas e os que vivem de renda (1906).
* Inclui os sem profissão declarada (1890) e os de profissão desconhecida e mal definida (1906)

Como não nos interessa aqui um grande desdobramento das categorias, tais diferenças não prejudicam a análise. Igualmente, para tornar o quadro mais adequado a nossos propósitos, eliminamos a população empregada na agropecuária (muito pequena) e os inativos e sem profissão. O fato de as categorias da tabela II não apresentarem grandes variações percentuais entre os dois censos parece indicar que a divisão adotada não distorceu os dados. Em termos de classificação por setores, a categoria mais problemática é certamente a do comércio. Ela foi colocada no setor intermediário, mas sem dúvida pequena parte poderia ir para a classe alta (grandes atacadistas) e parte razoável para o operariado (balconistas). Na impossibilidade de fazer tal distinção, decidimos pela classificação intermediária.

O ponto que mais nos interessa aqui, no entanto, diz respeito à pirâmide ocupacional, que era extremamente ampla na base e muito afunilada no vértice. No alto havia um pequeno grupo de banqueiros, capitalistas e proprietários. Seguia-se um precário setor médio, composto basicamente de funcionários públicos, comerciários e profissionais liberais. De tamanho semelhante ao anterior era o setor do operariado, que incluía principalmente artistas, operários do Estado e trabalhadores das novas indústrias têxteis, além dos empregados em transportes. Finalmente, vinha o que dava ao Rio marca especial em relação a outras grandes cidades da época: o enorme contingente de trabalhadores domésticos, de jornaleiros, de pessoas sem profissão conhecida ou de profissões mal definidas. Este *lumpen* representava em torno de 50% da população economicamente ativa, com pouca variação entre 1890 e 1906.

Para se ter alguma referência comparativa, reproduzimos a tabela III, que compara a estrutura ocupacional

do Rio em 1906 com a de outras sete grandes cidades da América Latina, da América do Norte e da Europa. Excluindo-se o setor primário, vê-se que as grandes diferenças entre as cidades latino-americanas em geral, e o Rio em particular, e as outras cidades estavam em dois pontos: o pequeno peso das profissões e o grande peso do serviço doméstico nas primeiras. O Rio ainda se distinguia por ter um setor industrial muito pequeno.

Comparando-se o Rio com a Buenos Aires de 1887, vemos que, mesmo em duas grandes cidades de países de economia exportadora, as diferenças na estrutura ocupacional eram grandes. Fazendo para Buenos Aires a mesma separação por setores da tabela II, teremos na classe alta 0,7%, nos setores intermediários 25,6%, no operariado 40,8% e no proletariado 32,9%. A grande diferença — de quase 20 pontos percentuais — estava na maior presença do operariado em Buenos Aires e no grande proletariado do Rio. No primeiro caso, a economia já absorvera muito mais mão-de-obra no mercado formal de trabalho, ao passo que no segundo muito mais gente permanecia à margem ou nos interstícios desse mercado.[13]

A massa dos 50% do que chamamos de proletariado era constantemente alimentada pela imigração, que atingiu grandes proporções nos anos iniciais da República, proveniente tanto do resto do país quanto do exterior, especialmente de Portugal. Interioranos de um lado e "galegos" de outro vinham engrossar a multidão dos jornaleiros, domésticos, ambulantes, todo um leque de ocupações variadas. Engrossavam também o número dos assaltantes, pivetes, jogadores, malandros e vagabundos em geral. Era um Rio subterrâneo, menos visível, mas que se vinculava umbilicalmente ao Rio oficial, sobreterrâneo. João do Rio descreveu melhor que ninguém este

Tabela III

Estrutura ocupacional de várias cidades (em porcentagens)

Cidade	Data	Exploração do solo e subsolo	Indústria	Transporte	Comércio	Força pública	Administração	Profissões	Rendas	Serviços domésticos	Total
Buenos Aires	1914	1,4	42,2	7,0	14,9	0,6	8,2	8,5	2,1	15,1	100,0
México	1900	18,7	33,1	1,5	13,9	3,5	7,0	4,2	1,5	16,6	100,0
Washington	1910	0,8	24,6	7,9	26,9	1,9	2,8	23,3	—	11,8	100,0
Nova Iorque	1910	0,5	40,6	7,9	25,8	0,9	1,0	16,8	—	6,5	100,0
Rio	1906	6,6	29,7	5,9	16,1	4,2	3,1	3,2	0,9	30,3	100,0
Lisboa	1911	2,9	37,1	8,2	18,9	6,3	3,0	4,2	5,9	13,5	100,0
Londres	1912	0,4	35,7	13,0	22,5	0,9	3,5	14,5	—	9,5	100,0
Paris	1911	0,2	45,3	5,9	24,6	1,5	3,6	7,6	—	11,3	100,0

Fonte: RECENSEAMENTO DE 1920, v. II, p. CXXI, CXXXI.

lado da cidade, sobretudo em sua coletânea de crônicas *A Alma Encantadora das Ruas*. Apesar de estranho ao mundo subterrâneo, sua curiosidade e às vezes mesmo certa simpatia contribuíram para que nos desse um testemunho inestimável.

As acusações de Raul Pompéia e as campanhas jacobinas contra os portugueses chamam a atenção para outro aspecto da composição demográfica da população do Rio que é preciso examinar. Trata-se da presença de estrangeiros. De acordo com o censo de 1890, 30% da população da cidade era composta de estrangeiros. Destes estrangeiros, 70%, ou seja, 106 461, eram portugueses. A presença portuguesa era particularmente forte em alguns setores da população. Em 1890 eles compunham 40% dos artesãos, 51% dos empregados no comércio e 53% dos empregados em transportes. Certas profissões eram quase monopólio português. O embaixador de Portugal avaliou em 90% a participação de portugueses entre carroceiros e cocheiros.[14]

A presença estrangeira era ainda muito forte entre a classe proprietária. Estrangeiros eram, em 1890, cerca de 30% dos proprietários, banqueiros e capitalistas. Estes dados, tirados do censo, estão provavelmente subestimados. Segundo Assis Brasil, o estrangeiro (leia-se o português) era "proprietário de quase toda esta cidade, principalmente da parte dela que serve de abrigo às classes média e proletária".[15] Ainda segundo este autor, os aluguéis eram controlados monopolisticamente e exigiam-se dos inquilinos cartas de fiança, só sendo aceitas as de comerciantes portugueses que, para fornecê-las, pediam depósito de dois meses de aluguel e compromisso de comprar em sua casa. Assis Brasil era um florianista e seu depoimento pode ser por isso considerado suspeito. Mas o antilusitanismo possuía uma venerável tradição

no Rio de Janeiro, remontando à época da independência e da Regência. A queixa mais antiga visava o controle do comércio, tanto no que se referia à propriedade das casas quanto ao favorecimento de portugueses na oferta de empregos. O que o surto de antilusitanismo do início da República acrescentou foi a queixa contra o controle de prédios de aluguel, especialmente das habitações coletivas, incluídos aí os cortiços.

Outra fonte, agora insuspeita, confirma a enorme participação portuguesa no controle da riqueza da cidade. Em relatório escrito em 1893, um funcionário da legação portuguesa calculava que seus patrícios controlavam cerca de 70% do capital financeiro, comercial e imobiliário do Rio.[16] É possível que o funcionário também quisesse exagerar, por razões opostas às dos jacobinos, a influência portuguesa. Mas sua experiência e conhecimento da cidade dão certa credibilidade a seus cálculos.

Não há como fugir à importância que tinha para a vida política da cidade a maciça presença estrangeira. Raul Pompéia não estava tão equivocado ao falar em povos distintos. Ele errava era em acusar de apatia esses povos. As primeiras greves operárias que agitaram a República tiveram participação conspícua de carroceiros, que, como vimos, eram em grande maioria portugueses, mais precisamente galegos. A participação dessa categoria em movimentos grevistas, muitos com conotação política, continuou pelo menos até 1904. Em 1900, um português, Borlido, proprietário de grande parte das carroças da cidade, envolveu-se no planejado golpe para derrubar Campos Sales, arquitetado pelos tenentes Vinhaes e Costa Mendes, com o apoio dos monarquistas. Os representantes de Portugal estavam constantemente censu-

rando seus patrícios por se envolverem na política do país.[17]

O novo regime procurou desde o início resolver o problema. A lei da grande naturalização de 1890 declarava cidadãos brasileiros todos os estrangeiros que em seis meses não manifestassem expresso desejo de manter sua cidadania original. Não há dados precisos sobre os efeitos da lei. Pelos relatórios diplomáticos dos representantes inglês, francês e português, percebe-se que houve reação geral contra a lei. As pequenas colônias, como a inglesa, a francesa, a alemã, tinham melhores condições de resistir à naturalização, tanto por seu tamanho quanto pela força política de seus governos. Portugal, ao contrário, tinha enorme colônia e pouco poder. Seus embaixadores queixavam-se constantemente da lei, dos engodos e do arbítrio empregados pelas autoridades para conseguir a naturalização. Entre os engodos mais comuns estava o de oferecer algumas vantagens da cidadania brasileira, como um cargo de inspetor de quarteirão, ou o direito de voto. Uma vez tendo aceito o cargo, ou tendo votado, a opção pela cidadania estava indiretamente feita. O meio arbitrário mais empregado era o recrutamento forçado para o serviço militar.[18]

O censo de 1890 fornece alguns dados sobre a opção pela nacionalidade brasileira (tabela IV).

Os dados devem ser tomados com cautela, como tudo que se refere ao censo de 1890. Mas é sintomático que somente 20% dos estrangeiros tinham à época optado pela cidadania brasileira. Mesmo os portugueses, com a mesma língua, a mesma religião, a mesma cultura, não se entusiasmavam pelas possíveis vantagens de ser brasileiro. O índice mais alto de naturalização está na categoria "outros", que é formada quase exclusivamente por africanos. A realidade é que os estrangeiros tinham seus

Tabela IV

Opção pela nacionalidade brasileira, 1890 (países selecionados)

Naturalidade	Número de optantes	% s/total da colônia
Alemães	530	30
Ingleses	169	9
Espanhóis	1 296	12
Italianos	1 676	9
Franceses	806	20
Norte-americanos	28	11
Portugueses	19 675	18
	24 180	
Outros	6 903	51
Total geral	31 083	20

Fonte: CENSO DE 1890, p. 236-7.

interesses melhor defendidos do que os nacionais, que os custos da cidadania brasileira eram maiores que suas vantagens. As representações estrangeiras estavam sempre prontas a defender seus nacionais, salientando-se quanto a este ponto os diplomatas ingleses. Já se tinham ido os tempos da extraterritorialidade, mas o peso inglês na economia do país e em sua dívida externa dava ao representante desse país enorme influência. A pressão da legação inglesa sobre o governo brasileiro se exercia mesmo quando não julgava pertinentes as demandas de seus cidadãos.[19] A Itália era também particularmente agressiva na defesa de seus nacionais. Como é sabido, o governo italiano chegou a suspender a emigração para o Brasil. Juntamente com a França, ela promoveu intensa campanha entre seus cônsules para conseguir o maior

número possível de declarações de manutenção de nacionalidade. Segundo funcionário da embaixada portuguesa, o embaixador italiano lhe dissera em 1893 que já obtivera 800 000 declarações.[20]

Portugal não estava em tão boas condições de proteger eficazmente seus nacionais. O uso da força não lhe podia valer. A única vez que tentou fazê-lo durante a Revolta da Armada, o ato lhe custou o rompimento das relações diplomáticas, mais prejudicial a ele que ao Brasil. Por outro lado, a corrupção dos agentes diplomáticos portugueses reduzia sua eficácia e sua credibilidade. A embaixada acusava em 1893 um baixo número de opções pela cidadania portuguesa. Aparentemente, no caso dos portugueses, a maioria se tornou brasileira antes por ineficiência da representação do que pelos atrativos da nova situação. De fato, segundo funcionário da embaixada, o maior receio dos portugueses com relação à cidadania brasileira era a obrigação de servir na Guarda Nacional e nas forças de terra e mar. Estava aí, de outro lado, um dos interesses do governo em promover a naturalização: aumentar o estoque de contribuintes do imposto do sangue. Ilegalmente, muitos portugueses já eram forçados a servir na Marinha e no Exército.

Pelo lado social e demográfico, portanto, não eram favoráveis as perspectivas para a cidadania política no Rio de Janeiro no início da República. De um lado, grande parcela da população se colocava fora do mundo organizado do trabalho, numa situação em que era difícil a percepção dos mecanismos que regiam a sociedade e a política. De outro, a grande presença estrangeira, particularmente portuguesa, também reduzia o envolvimento organizado na vida política da cidade. A participação de portugueses em greves de carroceiros e cocheiros, ou nos distúrbios, tinha caráter esporádico e deses-

truturado, quando não causava divisões, como no caso de associações operárias do porto.[21] Para os que não tinham optado pela cidadania brasileira, a participação adquiria mesmo um caráter de irresponsabilidade, na medida em que sempre se podia apelar, em caso de prisão, para a proteção do consulado. Acrescente-se ainda o nível de alfabetização que, embora fosse o mais alto do país, em torno de 50% da população total, excluía grande número de pessoas do direito de voto e das condições de se beneficiar da instrução como instrumento de ação política. Numa época em que o único meio de comunicação de massa era o jornal, o analfabetismo constituía grande desvantagem política.

O POVO POLÍTICO

Teriam os críticos razão quanto à apatia política dos fluminenses? A resposta deve ser buscada inicialmente na participação através dos canais oficiais. Embora a República tivesse eliminado o voto censitário, manteve, por outro lado, todas as outras restrições, inclusive a exclusão dos analfabetos e das mulheres. Sendo, no entanto, a população do Rio a mais urbanizada do país e razoavelmente alfabetizada, era de se esperar que fosse a mais independente de chefetes políticos e a mais preparada para o exercício da cidadania. Comecemos por examinar o que seria o eleitorado potencial da cidade tendo em vista as limitações legais. Os dados estão na tabela V.

Do último número obtido é preciso excluir ainda os estrangeiros. Já vimos que não há dados confiáveis a nível nacional sobre o número de pessoas que fizeram a opção pelo Brasil. No que se refere ao Rio, José Augusto

Tabela V

Eleitorado potencial do Rio de Janeiro, 1890

População fixa total	515 559
Excluindo menores de 21 anos, ficam	299 827
Excluindo as mulheres, ficam	174 565
Excluindo os analfabetos, ficam	118 704
Excluindo as praças de pré e frades, ficam	109 421

Fonte: CENSO DE 1890.[22]

Vinhaes afirmou na Câmara, em 1891, que o número dos que tinham optado por manter a cidadania estaria em torno de 10 a 12 mil.[23] Teríamos assim por volta de 100 mil pessoas aptas a votar, ou seja, mais ou menos 20% da população total.

A exclusão de 80% da população do direito político do voto já é um indicador do pouco que significou o novo regime em termos de ampliação da participação. O quadro agrava-se se examinarmos o uso que a população fazia da franquia existente, isto é, o número de fluminenses que se alistavam e realmente votavam nas eleições republicanas. Para a eleição da Constituinte em 1890, foram alistados 28 585 eleitores, ou seja, 28% do eleitorado potencial, 9,5% da população adulta, 5,5% da população total. Nas primeiras eleições diretas para presidente, em 1894, votaram apenas 7 857 pessoas, ou seja, 7% do eleitorado potencial, 1,3% da população.[24] Em 1896 os alistados tinham subido para 42 252, mas nas eleições deste ano para o Congresso votaram 13 127 eleitores, o que correspondia a 31% dos alistados, 13% do eleitorado potencial, 2,5% da população total.

As coisas não mudaram muito com o passar do tempo. Nas eleições presidenciais de 1910, 21 anos após

a proclamação da República, havia no Distrito Federal 25 246 eleitores, isto é, 2,7% da população calculada para este ano. Apenas 8 687 compareceram às urnas, isto é, 34% dos eleitores e 0,9% da população total. Computando somente os votos apurados — a química eleitoral da época conseguia anular muitos votos —, verificamos que representavam 18% dos eleitores e 0,5% da população total.[25] Pode-se dizer que a República conseguiu quase literalmente eliminar o eleitor e, portanto, o direito de participação política através do voto. Uma comparação com Nova Iorque deixa claro o contraste. Lá, em 1888, 88% da população adulta masculina votou para presidente. O número equivalente para o Rio em 1896 foi 7,5%. Em todos os Estados Unidos, 18% da população votou para presidente em 1888.[26] O mais escandaloso é que a participação eleitoral na capital em 1910 era a metade da média geral do país. Nenhum estado da federação apresentava participação tão baixa.[27]

Pelo critério da participação eleitoral, pode-se dizer que de fato não havia povo político no Rio de Janeiro. O pequeno eleitorado existente era em boa parte composto de funcionários públicos, sujeitos a pressões da parte do governo. Assim é que, por exemplo, na paróquia de São Cristóvão, um bairro operário, 38% dos alistados em 1890 eram funcionários públicos.[28]

Se a exclusão legal do processo eleitoral é fácil de entender, a auto-exclusão exige maior esforço de interpretação. Aparentemente, grande parte dos adultos escolhia não ser cidadão ativo, para usar a expressão jurídica da constituição imperial. Uma das razões para este comportamento era sem dúvida a fraude eleitoral, que a República nada fez para eliminar. O próprio Silva Jardim, o mais radical dos propagandistas, o agitador das multidões do Rio, o defensor da proclamação da República

através da ação revolucionária do povo, propôs na Comissão de Regulamentação e Recenseamento Eleitoral, em 1890, que se criassem "agentes eleitorais", pagos pelo governo para alistar os cidadãos pois, segundo ele, o povo votava em quem o alistava. A lei deveria ser usada de modo certo para garantir a vitória republicana.[29] O Regulamento Alvim, que regeu as primeiras eleições da República, suprimiu os fiscais da legislação anterior, deixando a mesa escrutinadora à mercê dos mesários, delegados das intendências municipais. Escrevendo no final da década, um adversário do novo regime observou que na maioria dos estados não havia eleições: "Vêm ao Congresso os designados da polícia e dos mandões locais". E prosseguia: "Não vota a décima parte do eleitorado. Quando nas atas se atesta concorrência numerosa, ficai certos que o excesso de voto é forgicado a bico-de-pena".[30] Um pouco mais tarde, Lima Barreto diria que na República dos Bruzundangas "de há muito os políticos práticos tinham conseguido quase totalmente eliminar do aparelho eleitoral este elemento perturbador — o voto". Era a própria descrição da república dos fluminenses.[31]

No caso do Rio de Janeiro, havia também outra boa razão para que os cidadãos não se aventurassem a exercer seus direitos. Além de ser inútil, votar era muito perigoso. Desde o Império, as eleições na capital eram marcadas pela presença dos capoeiras, contratados pelos candidatos para garantir os resultados. A República combateu os capoeiras, mas o uso de capangas para influenciar o processo eleitoral só fez crescer. Fiel cronista da cidade, Lima Barreto observa em *Os Bruzundangas* que às vésperas de eleição ela parecia pronta para uma batalha. Conhecidos assassinos desfilavam em carros pelas ruas ao lado dos candidatos. Em *Numa e a Ninfa*, refe-

rindo-se certamente a fato verídico, menciona determinado coronel da Guarda Nacional que incluía entre os preparativos para as eleições a contratação de um médico para atendimento aos possíveis feridos, que seriam, sem dúvida, vítimas de seus próprios capangas. As eleições eram decididas por bandos que atuavam em determinados pontos da cidade e alugavam seus serviços aos políticos. [32]

Assim, além de ser mínima a participação eleitoral, o processo era totalmente deturpado. Ironicamente, eram em geral elementos provenientes da população pobre que se prestavam à tarefa de ganhar as eleições a todo o custo. É outra vez Lima Barreto que nos dá, através do personagem Lucrécio Barba de Bode, descrição viva desse tipo de empresário político. Lucrécio era mulato e fora carpinteiro, um artesão honesto. Ao entrar em contato com políticos, abandonou a profissão e tornou-se agenciador de manifestações políticas produzidas com participantes pagos, organizador de claques e vaias nas galerias da Câmara, garantidor de vitórias eleitorais, libertador de presos. A proteção política colocava-o acima da lei: "começou a usar armas, a habituar-se a rolos eleitorais, a auxiliar a soltura dos conhecidos pedindo e levando cartas deste ou daquele político para as autoridades. Perdeu o medo das leis, sentiu a injustiça do trabalho, a niililidade do bom comportamento".[33] O personagem literário de Lucrécio era certamente baseado em tipos reais. José Vieira descreve em *A Cadeia Velha* a figura de Pinto de Andrade, que bem poderia ter sido a inspiração para a criação de Lucrécio. Pinto de Andrade, participante da conspiração militar de 1904, paralela à Revolta da Vacina, era um agitador típico, organizador de manifestações dentro e fora do recinto da Câmara. [34]

O exercício da cidadania política tornava-se assim caricatura. O cidadão republicano era o marginal mancomunado com os políticos; os verdadeiros cidadãos mantinham-se afastados da participação no governo da cidade e do país. Os representantes do povo não representavam ninguém, os representados não existiam, o ato de votar era uma operação de capangagem. Editorial da revista *Careta*, de 1915, intitulado "A Ficção da Soberania Popular", bem reflete tal situação. O autor desconhecido observa que, em população de um milhão, deputados se elegiam com um ou dois mil votos. Destes pouquíssimos votos, a maioria era falsa. Votavam defuntos e ausentes e as atas eram forjadas. Ninguém mais se escandalizava, pois todos sabiam que "o exercício da soberania popular é uma fantasia, e ninguém a toma a sério". O Congresso assim formado "não merece a confiança do povo que por isso se desinteressa da sua escolha e composição". [35]

Como seria de esperar, a ausência de participação eleitoral encontrava sua contrapartida na ausência de partidos políticos. O início da República foi marcado pelo esforço de criação de partidos, particularmente na área operária. Vários partidos operários foram organizados. Mas nenhum deles teve vida longa. Nem mesmo os partidos socialistas, de escopo mais amplo, liderados por intelectuais de classe média, tiveram qualquer êxito. Aos partidos de classe alta não coube melhor sorte. O partido republicano do Rio de Janeiro fora afligido desde sua fundação, em 1870, por divisões internas. A vida de oposição ainda lhe permitira certa aparência de unidade. Porém, a vitória em 1889 pôs a nu as divergências e o partido desapareceu. Tentativas de organizar novos partidos, como o Partido Republicano Conservador, ou o Partido Republicano Federal, não deram em nada. A República, ao contrário do Império, não via com bons olhos

os partidos, a não ser que fossem partidos únicos, como o PRM, o PRP, o PRR. Todavia, a população do Rio era excessivamente independente e socialmente fragmentada para sujeitar-se à disciplina de partidos únicos. Restava então um sistema político vazio, sem partidos, sem eleitores. Organizações políticas não-partidárias, como os batalhões patrióticos do período florianista, eram logo desmobilizados, uma vez passada a necessidade imediata que as gerara. Mesmo os clubes jacobinos tiveram duração curta e alcance restrito.[36]

Em termos do sistema político formal, Couty e Raul Pompéia tinham razão: o Rio não tinha povo. O povo do Rio, quando participava politicamente, o fazia fora dos canais oficiais, através de greves políticas, de arruaças, de quebra-quebras. Ou mesmo através de movimentos de natureza quase revolucionária, como a Revolta da Vacina. Mas na maior parte do tempo dedicava suas energias participativas e sua capacidade de organização a outras atividades. Do governo queria principalmente que o deixasse em paz.

CAPÍTULO IV

CIDADÃOS ATIVOS: A REVOLTA DA VACINA

Oitenta por cento da população do Rio de Janeiro não tinha direito à participação política pelos mecanismos eleitorais; 20 por cento tinha tal direito, mas não se preocupava em exercê-lo. Por outro lado, sugerimos em várias ocasiões que com freqüência havia manifestações populares de caráter político. Os cidadãos inativos pelo critério constitucional revelavam-se então não só profundamente atentos a aspectos do exercício do poder que lhes afetavam a vida cotidiana como também dispostos a ir até as últimas conseqüências para defender o que consideravam seus direitos.

Neste capítulo tentaremos capturar um pouco do que seria a concepção dos direitos e deveres nas relações entre os indivíduos e o Estado embutida na mais espetacular ação popular da época, a Revolta da Vacina.[1] Não só por suas dimensões como por sua complexidade, a revolta pode revelar aspectos da mente popular de difícil captação na rotina do cotidiano. Vai interessar-nos de modo particular esclarecer a composição da população insurgente e as motivações justificadoras da revolta, dois temas que têm preocupado também a literatura recente sobre revoltas populares na Europa.[2]